

# A insustentabilidade do desenvolvimento capitalista

Por: Tania Midori Yoshida

O mundo acadêmico pós-IPCC deverá ser outro – escreveu Thomas Spencer, em um artigo publicado em 2016. Diretor da Unidade de Investigação Costeira de Cambridge, PHD em geografia física, Spencer postula a ideia de que, no pós-IPCC, os geógrafos das mais diversas convicções deveriam trabalhar em conjunto para enfrentar as injustiças sócio espaciais associadas às mudanças climáticas.

O Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) foi criado em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de fornecer avaliações periódicas dos estudos científicos sobre as alterações climáticas, seus impactos e riscos, bem como opções de adaptação e mitigação.

Seu 1º relatório foi escrito em 1990, o 2º em 1995, o 3º em 2001, o 4º em 2007, e o 5º, a primeira parte em 2013 e a segunda em 2014.

Na conferência mundial de 2014, realizada em Yokohama no Japão, organizada para a apresentação do 5º relatório do IPCC, correu a informação de que o último volume teria sido baseado em, vale negritar, **“mais de 12 mil estudos publicados em revistas científicas”**(BBC). Não obstante, a base de dados utilizada é muito maior. Até 2010, de acordo com o resumo técnico apresentado pelo IPCC no relatório de 2014, o sistema havia sido alimentado com **234.823 publicações científicas sobre alterações climáticas**. Muitas ou pelo menos algumas destas publicações devem estar relacionadas ao mesmo projeto de estudo científico ou, como informa o próprio IPCC, foram duplicadas por terem sido publicadas em diferentes países.

As análises do IPCC são baseadas em dados secundários. Muito provavelmente, os dados mais pessimistas e os mais otimistas foram desconsiderados, uma vez que, em análise estatística de grande escala, costuma-se trabalhar com a nuvem de dados mais densa.

As equipes que elaboraram as duas partes do último relatório foram aprovadas em 2010. O Grupo I, responsável pela elaboração da primeira parte, foi composta por 209 coordenadores e autores principais, 50 editores-revisores e contou com a colaboração de mais de 600 outros autores. Além disso, acolheram 54.677 observações de 1.089 revisores e 38 governos. Foram considerados, no primeiro relatório, os dados recolhidos até 15/03/2013.

Em destaque, o GI concluí que o *“aquecimento do sistema climático é evidente, e desde a década de 1950, muitas das alterações observadas não têm precedentes há décadas e/ou milênios. Tanto a atmosfera como os oceanos têm aquecido, as quantidades de neve e gelo diminuíram, o nível do mar subiu e as concentrações de gases de efeito estufa aumentaram”* (IPCC, 2013. Tradução nossa.). Este aquecimento é decorrente da atividade humana.

A equipe do Grupo II foi composta por 64 coordenadores e autores principais, 179 autores principais, 66 editores-revisores e mais de 400 autores contribuintes. Além disso, recebeu 50.492 comentários de 1729 revisores especialistas procedentes de 84 países. Acredita que, em muitos aspectos, a equipe de autores englobou a comunidade científica completa de especialistas sobre o tema. Isso, considerando os que contribuíram com seus artigos científicos e os que apresentaram observações.

A crença no conhecimento científico, exige uma certa dose de fé. Afinal, cada indivíduo em particular, mesmo sendo cientista, não é capaz de obter conhecimento técnico e científico sobre todas as questões de sua área específica.

Quando embarcamos em uma viagem de avião, fazemos isso por confiarmos, uns mais, outros menos, nos técnicos, cientistas e nas estatísticas de acidentes. A ciência e os técnicos cometem erros. Entretanto, quanto mais os resultados são favoráveis, quanto menos erros são cometidos, a confiança tende a aumentar. Não há como negar que o trabalho do IPCC, seja em relação ao número de cientistas envolvidos, como em relação à quantidade de estudos analisados, nos oferece um alto grau de confiabilidade. Mesmo que alguns especialistas não tenham contribuído para a elaboração do relatório, mesmo que alguns dados careçam de atualização, não há como contestar o peso da obra.

Não obstante, há algo que nos garante mais segurança em relação às previsões do IPCC, ou seja, o fato de que algumas delas já estão se confirmando.

De acordo com o G II, o impacto das alterações climáticas sobre os sistemas naturais é muito mais evidente do que sobre os sistemas humanos. As mudanças nas precipitações e o derretimento de neve e gelo estão alterando os sistemas hidrológicos e, assim, alterando em qualidade e quantidade os recursos hídricos. Muitas espécies vivas estão alterando suas atividades estacionárias e migratórias, sua distribuição geográfica, quantidade populacional e interação com outras espécies.

Na maior parte dos estudos, os impactos negativos sobre o cultivo de alimentos são maiores do que os positivos.

Os problemas de saúde causados diretamente pelo calor são ainda pequenos comparados com os que se devem a outras causas. O impacto do aquecimento sobre a vida do homem é sentido muito mais pelas vias indiretas, em decorrência de fenômenos climáticos derivados. A frequência dos fenômenos extremos tais como secas, calor, inundações, ciclones e incêndios estão aumentando e isso afeta os ecossistemas, desorganiza a produção de alimentos, ocasiona escassez de água, danifica os

assentamentos, causa mortes, prejudica a saúde física e mental e diminui o bem-estar dos seres humanos. Os problemas relacionados ao clima agravam outros fatores de stress, principalmente para quem vive na pobreza.

A vulnerabilidade é maior ou menor em razão da ordem social, política, econômica e cultural.

Em relação aos riscos das alterações climáticas, o G II destaca:

1. Alguns sistemas únicos e ameaçados já estão em perigo. Este risco passa a ser grave se houver aquecimento de 1°C, e muitas espécies e sistemas estão sujeitas a um risco muito alto se houver aquecimento de 2°C. Esse é o caso, principalmente, das espécies que habitam o gelo do Ártico e os recifes de coral.
2. Os riscos dos episódios meteorológicos extremos já se tornarão entre moderados a altos, com um aquecimento de 1°C.
3. Os riscos de diminuição de alimentos e água serão altos para um aquecimento de 2°C, o que afetará principalmente os mais pobres.
4. Os riscos totais e globais são moderados para um aquecimento de 2°C e são altos para um aquecimento de 3°C, podendo, nesse caso, ocasionar grande perda na biodiversidade, destruição de bens e serviços ecossistêmicos.
5. Alguns sistemas físicos ou ecossistemas podem passar por mudanças abruptas e irreversíveis. Alguns sistemas tais como os do Ártico já estão experimentando mudanças irreversíveis.

De acordo com o IPCC, o planeta irá sofrer significativas alterações até o final século XXI que, muito provavelmente, terá por consequência a extinção de diversas espécies vivas. Até o ano de 2.100, com grau médio de confiança, o aquecimento médio na América Latina poderá ser de 1°C a 6°C, dependendo do

cenário de emissões. Tais porcentagens são muito alarmantes.

Em relação à América Latina, o IPCC afirma que já foram observados os seguintes impactos em relação ao clima:

– Diminuição da superfície dos glaciares em área tropical andina da Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, aumento do nível do mar no sudeste da América do Sul, aumento da frequência dos extremos climáticos, secas relacionadas com La Niña e El Niño, aumento das precipitações no sul do Brasil, Paraguai e Uruguai, nordeste da Argentina, partes da Bolívia, nordeste do Peru, Equador e noroeste do México. Decréscimo das precipitações no Chile, sudoeste da Argentina, nordeste do Brasil, sul do Perú e oeste da América Central.

Entre o homem e a natureza, existe uma relação de reciprocidade. A resposta da natureza às ações e agressões humanas pode ser dada de forma trágica. De acordo com o IPCC, as precipitações de 2005 na Colômbia, por exemplo, tiveram por consequência a morte de 70 pessoas, 86 feridos, 6 desaparecidos e 140.000 vítimas de inundações.

Neste ano de 2017, o número de mortes nas inundações e avalanches em Mocoa, Colômbia, já soma 301. Ou seja, 430% do total de mortes do ano de 2005.

A capacidade de previsão dos fenômenos decorrentes das alterações climáticas e de outros problemas ecológicos, assim como a mera advertência de especialistas às autoridades políticas não são suficientes para evitar catástrofes. Não são suficientes porque a intrincada rede de relações econômicas e políticas foi formada para favorecer a acumulação de capital de uma minoria e não para atender às necessidades de sobrevivência da grande maioria das pessoas. Diante deste fato, os que não compactuam com a destruição em massa de espécies vivas sobre a terra, devem repensar o seu papel na sociedade.

O professor Spencer, em relação à Geografia física, defende a

ideia de que, diante do atual quadro socioambiental, ela deveria se preocupar menos com a exatidão matemática de seus estudos e desviar o foco para a resolução dos problemas. A geografia física precisa explorar:

*“(i) até que ponto as paisagens podem se recuperar de eventos climáticos extremos e como as estratégias de gestão localmente específicas podem melhorar a trajetória detalhada da recuperação do sistema; e (ii) estabelecer níveis socialmente aceitáveis de mudança e variabilidade da paisagem. Entretanto, um foco mais humano na mudança ambiental precisa ir muito mais longe (...) trata-se de dar uma atenção mais ampla e profunda às miríades de maneiras pelas quais as relações de poder social limitam, capacitam e evoluem com o meio ambiente e como elas podem ser aproveitadas ao serviço da transformação social e ambiental.(...). Isso nos leva de volta à observação original de David Harvey em 1972, de que a preocupação de tornar os modelos matemáticos da desigualdade urbana mais corretos precisa ser substituída pelo interesse em compreender quais condições precisam ser tratadas para evitar as desigualdades emergentes em primeiro lugar. Talvez seja assim que se parecerá um mundo acadêmico pós-IPCC, onde geógrafos de múltiplas convicções trabalhem juntos para enfrentar as injustiças socioespaciais associadas às mudanças climáticas. Independentemente disso, pode ser que o tempo tenha chegado para que a ênfase da ciência global da ciência da mudança global seja substituída por uma agenda de pesquisa que é muito mais local em seu esforço acadêmico (cf. Richards e Clifford, 2008), centrada nas escalas espaciais e temporais associadas ao desenvolvimento cotidiano da vida no Antropoceno.”(SPENCER, 2016. Tradução nossa.)*

Refletir sobre o que poderia ser feito para minimizar os efeitos catastróficos das alterações climáticas não é uma tarefa fácil. Não é uma tarefa para empresários, amadores ou políticos. O planejamento deve ser feito com cuidado, por equipes multidisciplinares e em conjunto com diversas

organizações. A natureza é complexa. Ela é resiliente, mas isso até um determinado limite. Os fenômenos ocorrem em cadeia e se dispersam, de modo que é difícil prever tudo o que pode ocorrer com uma intervenção humana de compensação ou de resistência. No entanto, sabendo que determinada região está sob ameaça em determinadas épocas, o mínimo que se pode fazer, deve ser feito: alertar a população envolvida, mesmo que isso interfira em questões de ordem econômica.

A causa dos problemas socioecológicos encontra-se, sem dúvida, na própria modernidade, no modo moderno de como o homem vive em sociedade. O nosso modo de produção é muito destrutivo e contrário a todos os valores humanos mais elevados de preservação da espécie e da natureza. Proclamar o Capital como o objetivo fundante de um sistema social significa elevar a ambição acima de todos os outros sentidos da humanidade e, desta forma, negar a própria humanidade. Com o instinto de sobrevivência aguçado, os seres humanos se organizam sempre em oposição a algo, nunca para elaborar um projeto comum mais abrangente de transformação social. A competição é a norma geral.

Os Estados, sabemos que muito pouco ou nada se pode esperar deles. Em sua versão mais caridosa, a do Bem Estar Social, os Estados se restringiram a discursar em favor de um suposto desenvolvimento sustentável.

Embora o IPCC venha alertando os chefes de Estado e a própria ONU, há mais de duas décadas, nenhuma política mais efetiva foi realizada. Ao contrário, as empresas poluentes – há alguma indústria não poluente? – seja nos centros urbanos ou no campo, continuaram suas atividades normalmente, sem fiscalização adequada. O desastre de Mariana, no Brasil, é apenas um dos inúmeros exemplos.

O motivo para a não intervenção do Estado no controle e fiscalização das empresas é simples: vivemos em um mundo capitalista. Por mais que se queira encobrir os graves

problemas deste sistema, o próprio nome denuncia que o objetivo deste sistema é o acúmulo de capital. Não é a sobrevivência da humanidade, não é a melhoria das condições de vida de todos os homens, não é o desenvolvimento artístico e cultural e nem é a preservação e equilíbrio da natureza.

O discurso do desenvolvimento sustentável defendido por aventureiros políticos, por ambientalistas partidários da socialdemocracia e, inclusive pela ONU, é um engodo. O desenvolvimento capitalista não é sustentável. Ou melhor, ele não se sustenta sem derramamento de sangue e sem poluição generalizada. Tal como escreveu Marx, já no século XIX, “*o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés*” e, um pouco mais à frente, citando Quarterly Review, “O capital abomina a ausência do lucro, ou ao lucro muito pequeno, assim como a natureza o vácuo. Com um lucro adequado, o capital torna-se audaz. Com 10%, ele está seguro, e é possível aplicá-lo em qualquer parte; com 20%, torna-se impulsivo; com 50%, politicamente temerário; com 100%, pisoteará todas as leis humanas; com 300%, não há crime que não arrisque, mesmo com o perigo da força. Se tumulto e contenda trouxerem lucro, ele encorajará a ambos. A prova disso é o contrabando e o tráfico de escravos”. ( MARX, O capital p. 830)

Temos elementos suficientes para afirmar que as políticas de desenvolvimento sustentável não foram, não são e nem serão efetivas no controle da poluição provocada pela atividade humana. O discurso do desenvolvimento sustentável já dura algumas décadas, as mesmas nas quais constatou-se agravamento dos problemas ambientais. O modo de produção capitalista é invasivo demais e o Estado do Bem-Estar Social é ineficiente para salvar as espécies ameaçadas, porque não enfrenta os poderosos agentes da destruição. Os Estados autoritários, nem precisamos nos alongar no assunto, são os grandes promotores das guerras.

Acredito que é crucial fazer, a partir deste momento, uma

distinção entre ecologistas e ambientalistas que, irresponsavelmente, continuam defendendo o desenvolvimento sustentável.

Muitos ambientalistas defende o “desenvolvimento”, mas nunca a preservação da natureza e o bem-estar dos seres humanos, vale dizer, de todas as raças e classes sociais.

Ser ecologista, não significa apenas ser ecólogo e nem significa abandonar outras convicções de cunho socialista. Nesta categoria, podem ser enquadrados não apenas os militantes históricos, mas todos aqueles que, conscientes do perigo, começaram a estudar o problema das alterações climáticas e da poluição generalizada, bem como as alternativas científicas, sociais, econômicas e políticas para sanar ou minimizar os efeitos catastróficos. Que a grande maioria dos seres humanos se torne ecologista!

O engajamento de socialistas na luta ecológica fortalece não apenas o movimento ecológico, mas também o próprio socialismo. Sem a natureza, não há valores de uso, nem abundância, nem trabalho, nem humanidade e, portanto, não há socialismo.

Karl Marx nasceu em 1818 e morreu em 1883, portanto, não leu o relatório do IPCC. Se tivesse lido, certamente teria se manifestado a respeito. Ele era muito antenado em relação às descobertas científicas de sua época. Apesar disso, lá no século XIX, ele fez a seguinte afirmação:

***“Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da***

*América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do progresso de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador". (MARX, O Capital, p.573:574)*

Está na hora de devolver ao solo, parte do que dele foi tomado: as florestas. Isso não significa defender uma árvore cheia de cupim. É muito mais do que isso. O aquecimento global é apenas um dos problemas ecológicos causados pela atividade humana. A poluição o extrativismo vegetal sem limites são os principais problemas de ordem ecológica que ameaçam a vida de diversas espécies vivas na Terra.

Por mais difícil que possa ser a elaboração de um planejamento conjunto, esperamos que ele seja feito de modo a não favorecer empreendimentos em sacrifício de pessoas e ecossistemas. Não se pode por exemplo construir um dique para proteger um prédio se isso for pior para a população em geral e para o entorno. Por maiores que sejam as diferenças entre cientistas e os diversos movimentos sociais de esquerda, se é desejável salvar um maior número de espécies sobre a terra, teremos que estudar e incentivar novos hábitos de vida.

Em mundo pós IPCC, cientistas, ecologistas e militantes políticos deveriam trabalhar em conjunto e estabelecer uma agenda comum de palestras, estudos e divulgação de ideias. Mais do que isso, deveriam encontrar soluções ou ações coletivas que sejam capazes de alterar a base material e energética. Acredito que apenas com o esforço conjunto, unificado e inteligente os seres humanos serão capazes de construir uma sociedade mais democrática e ecologicamente correta.

Bibliografia:

Gibbard, Philip. Ice Ages. Geologist Philip Gibbard on Louis Agassiz, the Quaternary, and effects of Global Warming. July 26, 2016. Acessado em 09/04/2017>  
<http://serious-science.org/ice-ages-6184>

IPCC. Cambio climático 2013 “Bases físicas” Informe del Grupo de trabajo I. RRP. 2013. Acessado em 12/08/2016>  
[http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg1/WG1\\_AR5\\_SPM\\_ES.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg1/WG1_AR5_SPM_ES.pdf)

IPCC. Climate Change 2014: Impacts, adaptation, and Vulnerability. 2014. Acessado em 09/04/2017>  
[http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/ar5\\_wgII\\_spm\\_en.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg2/ar5_wgII_spm_en.pdf)

MARX, Karl. O Capital. Livro I. Boitempo Editorial. 2013

SPENCER, Thomas. Reflections on the IPCC and global change science: time for a more (physical) geographical tradition. SHORT TITLE: Physical geography and global change Science. Department of Geography, University of Cambridge. 2016.

Foto: Avalanche Mocoa, Colômbia. Reprodução vídeo Revista Time